GRANDES PROJETOS, URBANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E METROPOLIZAÇÃO NA AMAZÔNIA

Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior[1]

1. Introdução

No intuito de compreender o processo de urbanização do espaço amazônico, relacionando-o à metropololização, faz-se necessário estabelecer a diferença entre a economia política da urbanização e a economia política da cidade, de que trata Santos (1994).

A primeira, leva em conta uma divisão social do trabalho, que juntamente com a divisão territorial do trabalho definem a repartição territorial dos instrumentos de trabalho, do emprego e dos homens num determinado espaço, como a região. A economia política da cidade, por seu turno, nos permite entender a maneira como a cidade se organiza internamente em face da produção e como os diversos atores da vida urbana se localizam a cada momento da história da cidade.

A abordagem sob a ótica da economia política da urbanização nos ajuda a estabelecer a relação da cidade com a região e, no caso mais específico de nossas preocupações, da metrópole com a região amazônica. Caberia, então, partirmos de algumas indagações no sentido de melhor orientar a discussão aqui proposta: a) como se apresenta a economia política da urbanização na Amazônia e quais as suas especificidades? b) Como compreender hoje a dinâmica metropolitana em uma região como a Amazônia? Qual o papel assumido pelos grandes empreendimentos econômicos como indutores da urbanização do território e do atual perfil da metropolização na região?

Para tratar dessas questões gostaríamos de recorrer, ainda, a outras noções importantes quando se busca tratar da urbanização brasileira. Para Santos (1993), estaríamos deixando uma fase de simples urbanização da sociedade para vivenciarmos uma outra em que se considera, também, a urbanização do território:

> Estaríamos, agora, deixando a fase de mera urbanização da sociedade, para entrar em uma outra, na qual defrontramos a urbanização do território. A chamada urbanização da sociedade foi o resultado da difusão, na sociedade, de variáveis e nexos relativos à modernidade do presente, com reflexos na cidade. A urbanização

[1] Departamento de Geografia, Universidade Federal do Pará
E-mail: stclair@amazon.com.br

do território é a difusão mais ampla no espaço das variáveis e dos nexos modernos (Santos, 1993, p. 125).

Para algumas realidades do território brasileiro, o processo de urbanização do território parece se colocar como algo inquestionável; daí, em vez de se falar simplesmente de urbanização do espaço, falar-se também de um processo mais complexo, que é o de metropolização do espaço (Lencioni, 2003). Mas, para a Amazônia, em que medida a urbanização do território e a metropolização do espaço se apresentam como realidades?

2. Da urbanização da população à urbanização do território

Ainda que possamos questionar os dados do Censo demográfico brsileiro ou aquilo que o IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) considera como população urbana (população que habita sedes municipais, sedes distritais e aglomerados urbanos isolados), parece ser inquestionável o grau de urbanização da população (incremento da população urbana vivendo nas cidades) quando levamos em conta o espaço amazônico.

TABELA 1

REGIÃO NORTE : POPULAÇÃO URBANA E RURAL (1950-2000)

ANO	POPULAÇÂO URBANA		POPULAÇÃO RURAL	
	ABS.	%	ABS.	%
1950	607.164	29,64%	1.441.532	70,36%
1960	1.041.213	35,54%	1.888.792	64,46%
1970	1.784.223	42,60%	2.404.090	57,40%
1980	3.398.897	50,23%	3.368.352	49,77%
1991	5.931.567	57,83%	4.325.699	42,17%
2000	9.002.962	69,83%	3.890.599	30,17%

Fonte: IBGE

Para Becker (1990) várias razões concorrem para essa urbanização da população nas décadas de 1960, 1970 e 1980. No contexto da fronteira econômica que marcou essas décadas, os núcleos urbanos na Amazônia se tornaram fatores de atração de fluxos migratórios, base da organização do mercado de trabalho e locus da ação político-ideológica com vistas ao controle social.

Nessa mesma perspectiva, Machado (1999) destaca a forte mobilidade da população e do trabalho no interior da região; sendo esta mobilidade a principal responsável pelo aparecimento de novas cidades e pelo crescimento de outras. A facilidade de implantação de novas formas de organização das atividades produtivas fez da cidade uma condição para a sua existência. Conforme sustenta ainda Machado (1999), a urbanização

não preenche a simples função de apoio ao povoamento. Ela é mais do que isso: é o elemento organizador do sistema de povoamento, aquele que define sua estrutura, seu conteúdo e sua evolução atual. Nesse contexto, definem-se duas perspectivas de povoamento: uma ordem intencional, dirigida especialmente pelo Estado, e outra de caráter mais espontâneo.

Mas aqui o que é importante não é falar da urbanização da população, até porque esse fenômeno não é nenhuma novidade na realidade brasileira. É preciso discutir, conforme propõe as autoras acima mencionadas, o sentido, o significado desse processo e seus rebatimentos no plano territorial. Como, então, pensar, nesse contexto, a urbanização da sociedade não no seu sentido populacional mas num contexto mais amplo em que se considere, igualmente, os nexos da modernização do território?

Trata-se, em outros termos, de indagarmos se estaríamos deixando a simples urbanização da população para vivenciarmos também a urbanização da sociedade e do território no espaço amazônico.

Se a urbanização da população é um fato, dado ao grande percentual de pessoas que habitam as cidades, os nexos da urbanização do espaço parecem não acompanhar o mesmo ritmo da urbanização da população. Em outras palavras, a expansão do chamado meio técnico-científico informacional parece se apresentar de maneira diferenciada quando consideramos a dimensão da tecnosfera - sistema técnicos - e a dimensão da psicosfera - sistema de valores - (Santos, 1994) no conjunto do espaço amazônico.

No plano da tecnosfera, a expansão do meio técnico científico-informacional é descontínuo e pontual, mobilizando relativamente menos capitais e mais trabalho (Santos; Silveira, 2001) no espaço amazônico. Sua configuração espacial se dá de maneira pontual, linear ou em manchas, sempre acompanhando a implantação de atividades econômicas indutoras de modernização ou as redes técnicas, a exemplo da rede viária e de energia elétrica. Assim, além das capitais e das cidades que tiveram redefinidos seus papéis no momento atual, a urbanização do território se faz mais presente em quatro áreas principais: sudeste do Pará, Mato Grosso, Tocantins e centro-sul de Rondônia (Machado, 1996).

No conjunto da urbanização regional, algumas tendências parecem se apresentar: concentração nas maiores aglomerações, ainda que nos últimos anos já se apresente um processo de desconcentração urbana; proliferação de cidades pequenas, em grande parte tornadas sedes de novos municípios ou fruto da modernização do território por projetos econômicos.; maior presença das cidades médias.

Apesar da descontinuidade da urbanização na esfera técnica, não se pode dizer, entretanto, que no plano da psiscosfera os valores da sociedade urbana não estejam

presentes no espaço regional. À semelhança de outras regiões, a sociedade urbana, através de seus valores, de suas concepções e de seus comportamentos, ganha maior fluidez que no plano da esfera técnica. Em trabalho sobre pequenas cidades na região, Oliveira (1994) já constatava esse fato, ao analisar o conjunto de valores reproduzidos nas pequenas cidades amazônicas, ainda que distantes das principais realidades metropolitanas brasileiras.

Ainda conforme Oliveira (1994), na Amazônia, a cidade se impõe como base inicial de um processo. Ela está associada a novas atividades e serve como suporte destas, tanto no plano econômico, como no institucional. Nesse caso, sustenta o autor, a fronteira econômica já nasce urbana, não enquanto domínio da cidade na paisagem, mas pelo predomínio do urbano como estilo de vida que se estabelece e tende a predominar. É nesse contexto de urbanização mais recente do território que se configura também o processo de metropolização no interior da região.

Por outro lado, a urbanização concentrada[2] tem desempenhado papel fundamental no conjunto desse processo, definindo o crescimento e o dinamismo de metrópoles regionais, como Belém e Manaus. Para isso, a importância do Estado foi fundamental. Por meio do incentivo ao surgimento de novas atividades e da criação de um número crescente de instituições vinculadas à nova dinâmica regional, viu-se aumentar a concentração populacional nessas capitais. Um elemento marcante nesse processo é a revalorização da cidade de Manaus, que se tornou a metrópole da Amazônia Ocidental, fruto, em grande parte, dos incentivos fiscais e creditícios voltados para a formação da Zona Franca implantada nessa cidade (Corrêa, 1989).

TABELA 2

CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO DE MANAUS EM RELAÇÃO AO ESTADO DO AMAZONAS

ANO	POPULAÇÃO		
	Estado	Manaus	%
1950	514.099	139.620	27,16
1960	708.459	173.706	24,31
1970	955.235	311.622	32,70
1980	1.430.528	633.392	44,34
1991	2.103.243	1.011.500	48,05
2000	2.813.085	1.403.796	49,90

[2] Por urbanização concentrada, entendemos o intenso crescimento das grandes cidades, especialmente das capitais dos estados amazônicos, que nas últimas décadas aglutinaram um percentual significativo da população regional.

Fonte:IBGE

Mais marcante que na parte ocidental, essa dinâmica define, em grande parte, o processo de urbanização que se verifica na Amazônia Oriental, onde se encontra a cidade de Belém. Esta cidade, que em décadas anteriores tinha uma participação econômica e populacional de destaque no contexto regional, começa a ter sua importância relativizada ou pelo menos alterada face aos novos espaços de incremento econômico das décadas mais recentes.

TABELA 3

CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO DE BELÉM EM RELAÇÃO AO ESTADO DO PARÁ

ANO	POPULAÇÃO		
	Estado	RMB	%
1950	1.123.273	254.949	22,70
1960	1.538.193	410.635	25,93
1970	2.161.316	649.043	30,00
1980	3.403.391	971.720	28,50
1991	5.181.570	1.302.950	25,10
2000	6.188.685	1.794.981	29,00

Fonte: IBGE

Diferentemente de Manaus, Belém não sofreu o estímulo de crescimento a partir do setor industrial de montagem. Seu perfil passa a ser a de uma cidade situada entre as que apresentam uma natureza metropolitana, com destaque para as atividades comerciais e de serviços. As indústrias nela instaladas - com um número relativamente pequeno[3] - voltaram-se para o beneficiamento de matérias-primas da própria região, com destaque, entretanto, para a chamada indústria da construção civil, que se proliferou, a exemplo de outras grandes cidades brasileiras.

Com a nova dinâmica da fronteira na Amazônia Oriental, inicialmente o que se percebe é que a participação econômica de Belém se alterou. Isto tem sido interpretado como um processo de perda de importância de Belém face à expansão da fronteira econômica no interior e ao crescimento de pequenas e médias cidades fora de sua órbita.

A reestruturação da rede urbana e os novos papéis conferidos às cidades parecem confirmar a dinâmica de uma nova estrutura produtiva e do mercado de trabalho na Amazônia Oriental, o que implica, necessariamente, na ruptura de antigos padrões de

[3] Os dados do Censo Econômico Industrial de 1985 do IBGE, por exemplo, registraram que Manaus ocupava a 9ª posição em VTI (Valor da Transformação Industrial) no País, considerando os 500 maiores municípios industriais e a 1ª na região amazônica, ao passo que Belém ocupava respectivamente a 50ª e 2ª posições (Ribeiro, 1995, p.57).

organização espacial. Isso ocorre pelo caráter disseminado e pulverizado em que ocorreram os investimentos econômicos e as ações governamentais na região.

No aspecto referente ao mercado de trabalho da Amazônia Oriental, os setores mais dinâmicos atualmente têm sido a mineração, a indústria madeireira, a siderurgia e a construção civil (Castro, 1994, p.461) e, por isso mesmo, as cidades ligadas direta ou indiretamente a essas atividades experimentaram um novo dinamismo, alterando a rede urbana regional, seja através da multiplicação de novos núcleos populacionais, planejados ou não, seja pela redefinição de antigos núcleos urbanos que se alçam à categoria de verdadeiros centros regionais, ou mesmo por um novo padrão de urbanização concentrada.

A expansão da fronteira econômica no interior da região não se dá de maneira igual quando consideramos a especificidade das subregiões. Diferentemente da Amazônia Ocidental, a Amazônia Oriental cresce mais que sua metrópole (Belém), devido ao dinamismo econômico imprimido a outras frações do espaço regional nos últimos anos, onde são implantados projetos, em especial os grandes empreendimentos, que não prescindem de espaços urbanos relativamente bem estruturados para o seu funcionamento.

QUADRO 1

GRANDES PROJETOS E SUAS CIDADES-EMPRESA NO ESTADO DO PARÁ

COMPANY TOWNS	ANO DE FUNDA-ÇÃO	GRANDE PROJETO	MUNI-CÍPIO	DISTÂN-CIA APROX. DA CAPITAL	EMPRESAS	POPULA-ÇÃO APROXI-MADA	PRINCIPAIS LOCALIDA-DES DO ENTORNO
MONTE DOURADO	1968	Projeto Jari	Almerim	400 km	JARI CELULOSE S/A	12.000	Laranjal do Jari(AP), Água Branca do Cajari(AP) e Vitória do Jari(AP)
VILA DE TUCURUÍ	1974/75	Usina Hidrelétrica de Tucuruí	Tucuruí	300 km	ELETRONORTE	3.200	Cidade de Tucuruí, Cidade de Breu Branco.
PORTO TROMBETAS	1979	Projeto Trombetas	Oriximiná	800 km	MINERAÇÃO RIO DO NORTE	6.000	Vilas de Boa Vista e Caranã
CARAJÁS	1985	Projeto Carajás	Parauapebas	879 km	CVRD	4.240	Cidade de Parauapebas
VILA DOS CABANOS	1985/86	Projeto Albras/ Alunorte	Barcarena	30 km	ALBRAS/ ALUNORTE, PPSA, RCC, SOINCO, CDP, ELETRONORTE, EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS	7.600	Cidade de Barcarena, Vila do Conde, São Francisco, Itupanema, Vila Nova, Bairros Laranjal e Pioneiro

Org. SCTJ

A interpretação desse processo, nos termos e parâmetros colocados acima, costuma ser associado ao movimento que tem marcado a dinâmica urbana brasileira.

Conforme nos mostra Santos (1994a), as grandes metrópoles brasileiras já apresentam taxas de crescimento econômico menores do que suas respectivas regiões, e também menor do que a brasileira como um todo. Isto é traduzido pelo mesmo autor como um fenômeno de "involução metropolitana", que representa o ritmo de crescimento das áreas metropolitanas menos acelerado, quando comparado a décadas anteriores, em relação às áreas que se encontram fora da área metropolitana.

É um fenômeno que também se dá paralelo a um outro, o da consolidação da metrópole informacional e não propriamente da metrópole fabril, posto que, cada vez mais, as unidades produtivas promovem uma seletividade espacial movida por fatores diversos - incentivos locais, mão-de-obra barata, infra-estrutura, preço de terrenos mais acessíveis etc. - que tendem a preterir os limites convencionais das áreas metropolitanas, devido às desvantagens e restrições por elas apresentadas em relação a esses mesmos fatores.

Há novos recortes espaciais no interesse do capital, decorrentes de mudanças em suas estratégias. Dentre estas, a principal é o aumento significativo da fluidez do território, devido ao progresso nos transportes, nas comunicações e na produção e uso das informações.

Todavia, importa considerar que não será em qualquer ponto do sistema urbano brasileiro que esse processo irá se manifestar. No caso amazônico, a malha técnico-política implantada a partir da década de 1960, com a abertura de rodovias e com os incentivos fiscais e creditícos, buscava aumentar essa fluidez do território, de modo a conectá-lo de maneira decisiva à divisão territorial do trabalho que se impunha em nível nacional e internacional.

Mesmo considerando a pertinência dessa tendência também para o caso amazônico há de se levar em conta, entretanto, que o processo que confere um maior dinamismo para o interior da fronteira econômica em detrimento a sua metrópole, não pressupõe desconsiderar a importância do espaço metropolitano para os processos dinamizadores da economia regional, mas de uma redefinição dessa mesma importância.

As mudanças ocorridas na organização urbana da Amazônia, segundo nos mostra Corrêa (1987, 1989) indicam que até 1960 verificou-se na região um padrão espacial predominantemente dendrítico da rede urbana, com desmesurada primazia de Belém como metrópole regional e uma expressão relativamente pequena da grande maioria dos centros urbanos regionais.

Atualmente, o que se verifica é uma ruptura desse padrão[4] - com um forte dinamismo das cidades localizadas, ou que passam a surgir, às margens das novas vias de circulação e no entorno de projetos econômicos, em detrimento das cidades ribeirinhas - e uma urbanização concentrada nas capitais estaduais. As origens desse processo, além do fenômeno migratório inter-regional, parece se dar também pela expropriação em relação aos meios de produção no espaço agrário amazônico, principalmente após a política de desenvolvimento regional imposta a partir da década de 1960 e também aos investimentos ligados à dinâmica econômica da fronteira, que possibilitou uma pulverização e uma dispersão de pólos de crescimento econômico em vários pontos do território amazônico, definindo, igualmente, uma nova regionalização interna (Becker, 1990).

Essas indicações refletem elementos importantes para entender o processo de urbanização amazônico. Duas tendências advêm desse processo. A primeira delas é a maior importância adquirida pelas cidades médias, que cada vez mais apresentam dimensões bem maiores, sendo esta uma tendência que acompanha a dinâmica urbana brasileira.

Na Amazônia esse fenômeno é muito presente, principalmente porque esse tipo de cidade só adquire importância na rede urbana após as mudanças ocorridas a partir da década de sessenta, visto que anteriormente uma das principais características da rede urbana amazônica era a quase inexistência de cidades de porte intermediário.

Diferentemente, entretanto, do restante do País, onde esse nível de cidade reclama hoje muito mais trabalho qualificado e abriga cada vez mais uma população de classe média[5], na Amazônia as cidades médias acompanham em muito a precária qualidade de vida das grandes cidades, apresentando um grande número de desempregados, de trabalhadores desqualificados e um empobrecimento acentuado de sua população.

A segunda tendência é que passa a ocorrer um reforço à concentração espacial metropolitana, não mais nos limites antes definidos, mas a partir de uma ampliação do espaço metropolitano, configurando uma reprodução do espaço da capital numa grande periferia de expansão. Essa tendência também já vinha sendo observada por Santos para a realidade brasileira como um todo. Nesse sentido, “as metrópoles, por sua própria composição orgânica do capital e por sua própria composição orgânica do espaço poderão

[4] Quando se fala da ruptura do padrão dendrítico estamos generalizando para o espaço amazônico como um todo, sem considerar as especificidades locais das sub-regiões. Se tomarmos como recorte espacial, por exemplo, a Amazônia Ocidental, o que percebemos é que esse padrão dendrítico ainda se faz muito presente, conforme adverte Oliveira (1994).

[5] Para Davidovich (1995, p. 83), o tipo de organização da grande empresa, internacional e nacional, foi decisivo para a expansão de pessoal administrativo e gerencial, que deu margem à formação de uma classe diversificada e à ampliação de seus estratos superiores.

continuar a acolher populações pobres e despreparadas" (Santos, 1993, p.123). Com uma agravante: os efeitos da reestruturação produtiva, que pressupõem a relocalização das unidades de produção, causarão, nas áreas mais industrializadas, impacto de desemprego (Cano, 1995), o que nos leva a pensar numa verdadeira "metropolização da pobreza", para adotar um termo utilizado por Mello (1995).

No caso amazônico, a otimização de certos espaços foi elemento fundamental para a seletividade espacial necessária ao funcionamento de empreendimentos econômicos, especialmente os grandes projetos. A implantação de *company towns*[6], de aeroportos e o crescimento populacional de cidades próximas a estas reafirmaram fatores de externalidades necessárias a esses empreendimentos, prescindindo, portanto, dos fatores de externalidades positivas oferecidos pela aglomeração metropolitana. Dados relacionados à arrecadação dos municípios que abrigam esses projetos vão ao encontro do papel por eles assumidos na desconcentração econômica e na urbanização do território.

TABELA 4

REPASSES DE IPI AOS MUNICÍPIOS DO PARÁ (DEZEMBRO – 2003)

No. DE ORDEM	MUNICÍPIO	TOTAL (R$)
1º	Belém	162.641,54
2º	Parauapebas	63.069,31
3º	Barcarena	44.093,31
4º	Tucuruí	34.363,80
5º	Ananindeua	31.396,65
6º	Santarém	21.253,12
7º	Oriximiná	20.770,09

Fonte: Secretaria Executiva de Planejamento, Orçamento e Finanças do Pará.

TABELA 5

REPASSES DE ICMS AOS MUNICÍPIOS DO PARÁ(DEZEMBRO – 2003)

No. DE ORDEM	MUNICÍPIO	TOTAL (R$)
1º	Belém	754.708,55
2º	Parauapebas	292.661,69
3º	Barcarena	204.607,03
4º	Tucuruí	159.459,00

[6] Referem-se às cidades implantadas para satisfazer às necessidades dos grandes empreendimentos econômicos na região, das quais são exemplos o núcleo urbano de Carajás (Projeto Carajás), Vila dos Cabanos (Projeto Albras/Alunorte), Monte Dourado (Projeto Jari), Porto Trombetas (Mineração Rio do Norte).

5º	Ananindeua	145.690,45
6º	Santarém	98.621,23
7º	Oriximiná	96.379,84

Fonte: Secretaria Executiva de Planejamento, Orçamento e Finanças do Pará.

Afora isso, a reafirmação de centros regionais em espaços influenciados pela dinâmica dos novos empreendimentos ou pelas novas atividades surgidas, foi responsável por reforçar essa relativa independência aos centros maiores, ao mesmo tempo em que se encarregou de reestruturar a rede urbana, que ganhou uma certa complexidade, reflexo e condição da organização do espaço a essas novas condições econômicas. Isto leva, inclusive, alguns autores, como Azzoni (1995), a falarem de um processo de "desmetropolização" tomando como referência a região de inserção de Belém.

Essas afirmações se pautam num processo que vem acontecendo em nível nacional. O estudo de Santos (1993) busca compreender esse movimento. Mostra esse autor que, paralelo ao crescimento cumulativo das maiores cidades do País, estaria havendo um fenômeno de desmetropolização, ou seja, uma repartição da população em outros grandes núcleos urbanos. Esta é uma tendência que se dá paralela ao fenômeno de metropolização, ou seja, ao mesmo tempo em que ocorre o crescimento das grandes e muito grandes aglomerações, alçando-se à categoria de metrópoles - fenômeno de metropolização -, processa-se igualmente um crescimento do número das cidades intermediárias e de suas respectivas populações, o que provoca uma diminuição relativa da população nas grandes cidades brasileiras - processo de desmetropolização. O fenômeno de metropolização, que não se mostra ainda saturado, portanto, não desaparece, ele passa a coexistir com um outro, que Santos denomina de desmetropolização[7].

O fato das metrópoles brasileiras terem apresentado um arrefecimento quanto ao crescimento populacional e de unidades produtivas, tem suscitado, por parte de alguns autores, a defesa da tese sobre a perda de primazia das mesmas. De fato, conforme nos mostra Moreira (1995), em 1980, a participação das regiões metropolitanas no total nacional equivalia, praticamente, ao que se verificou no ano de 1991 (28,8%). Entretanto, no conjunto da população urbana a participação era bem mais alta, ou seja, 42%. No ano de 1991, essas mesmas regiões metropolitanas continuavam a congregar cerca de 28% da população brasileira e somente 38% da população urbana nacional.

Para o autor acima mencionado, isso mostra que houve um decréscimo da participação das metrópoles no conjunto da população urbana, o que vem comprovar uma participação mais significativa de centros urbanos até então tidos como não-metropolitanos.

[7] Os dados censitários evidenciam que vem ocorrendo, em primeiro lugar, um crescimento mais acentuado nas cidades de porte acima de 100 mil habitantes, porém não naquelas de nível metropolitano, em segundo lugar verifica-se um crescimento significativo das cidades entre 50 mil e 100 habitantes e, em patamar inferior, as cidades consideradas menores (Azzoni, 1995).

Considerando que as regiões metropolitanas congregam os maiores municípios dos seus respectivos estados, conclui-se que os grandes municípios vêm perdendo posição face aos de tamanho intermediário, o que sugere, igualmente, uma redução da tendência à concentração nos grandes centros urbanos. Isto, entretanto, não nos permite afirmar, de maneira generalizada, que houve uma perda de primazia das metrópoles brasileiras. Estudos nessa linha procuram ratificar, com base numa análise mais acurada, a existência do primado metropolitano (Lencioni, 1991).

O que parece ser comum nos diversos estudos que tratam da metropolização é o fato de que a desconcentração urbana passa a ser estimulada cada vez mais pelo processo produtivo e por uma melhor distribuição da população no território nacional, o que não pode ser traduzido simplesmente como uma perda de primazia das metrópoles.

No caso da Amazônia, não se pode falar de "metropolização disseminada", conforme propõe Azzoni (1995) para o Sudeste brasileiro, haja vista que os novos centros urbanos de dinamismo econômico na região dizem respeito a cidades de porte médio[8]. Estas sim, passam a ter um certo destaque no conjunto da rede urbana regional, acompanhando, igualmente, uma tendência que se coloca em nível nacional. É o caso, por exemplo, no Estado do Pará, das cidades de Marabá, Itaituba, Santarém, Castanhal e Abaetetuba.

As alterações verificadas na dinâmica econômica regional e na sua rede urbana não implicam dizer que o processo de urbanização concentrada deixa de ter importância. No caso de Belém, a área urbana e o processo de metropolização revelam o papel que lhe é estabelecido no contexto da Amazônia Oriental face a esse novo momento histórico.

Esse papel é o de centro urbano relacional - para usarmos um termo adotado por Santos - da região na qual está inserido, ou seja, *"o centro que promove a coleta das informações, as armazena, classifica, manipula e utiliza a serviço dos atores hegemônicos da economia, da sociedade, da cultura e da política"* (Santos, 1993, p.124). E mais do que isso, torna-se o destino final de grande parte da mão-de-obra móvel e polivalente que se desloca no espaço regional, principalmente após a chamada falência da política de desenvolvimento regional estabelecida em décadas anteriores.

Não se trata, também de desmetropolização generalizada, haja vista que na Amazônia Ocidental há ainda um papel de destaque conferido à cidade de Manaus e seu entorno que concentra ainda cerca de 50% da população do Estado e não apresenta

[8] Na Amazônia Oriental, por exemplo, a única cidade que possa indicar esse processo talvez seja São Luís (MA), que tem crescido muito nos últimos anos.

cidades médias que estimulem a melhor distribuição da população no território, sendo que, neste caso, a urbanização do território ainda se mostra incipiente.

Ainda no caso do Amazonas, a população das 5 maiores cidades corresponde a cerca de 11, 56 % da população urbana do Estado ao passo que Manaus concentra cerca de 66,28 da população urbana do Estado do Amazonas.

Já no caso da Amazônia Oriental, ainda que esse processo se apresente de maneira mais flagrante com a expansão da fronteira econômica no interior da região, nos últimos anos há um substancial incremento populacional na área metropolitana de Belém, que se destaca em termos percentuais em relação à população do restante do Estado, rearfimando, igualmente em nível econômico, a primazia desse espaço metropoitano no seu contexto regional.

Estudos como o de Andrade e Serra (2001), têm apresentado algumas conclusões nesse sentido. Como metrópole regional, Belém tem apresentado um crescimento econômico substancial, na ordem de 7% no período de 1985/96, com uma variação elevada do seu PIB *per capita*, que praticamente dobrou o seu nível.

O reforço da metropolização e do primado metropolitano para o caso de Belém se dá na medida em que é preciso levar em conta o espaço metropolitano como o conteúdo que manifesta um determinado processo ligado à urbanização e não como uma convenção previamente definida a partir de seus limites administrativos. Nesse sentido, o processo de urbanização no espaço amazônico, e em específico na Amazônia Oriental, pressupõe o primado metropolitano como produto, condição e meio à realização da dinâmica presente na região, ainda que em outros termos, bem diferente daquele colocado para as primeiras décadas da integração regional.

Dessa maneira, há um novo momento que reelabora o significado da fronteira de recursos, cuja retração do movimento imigratório é uma evidência, mas que não consegue anular o mesmo movimento de migrantes no interior da região, seja no sentido rural-urbano seja no sentido urbano-urbano.

Alguns números sobre a população periférica do espaço metropolitano de Belém tendem a comprovar essa assertiva. A partir de levantamentos efetivados pela Companhia de Habitação do Pará (COHAB-PA) com vistas à realização de projeto que consistia na urbanização de terrenos ocupados na área de expansão urbana, constatou-se que grande parte da população dessas áreas de ocupação procedia do interior do Estado[9]. Da mesma

[9] De quatro levantamentos realizados em áreas distintas, os percentuais correspondentes a essa procedência foram os seguintes: 48,49%, 44,76%, 38,91% e 43,18% (COHAB-PA , 1991a, 1991b, 1993 e 1994) .

maneira, em pesquisa realizada pela Caixa Econômica Federal (CEF) para traçar um perfil dos moradores de conjuntos habitacionais "invadidos" na RMB, foi constatado que quase 50% dos entrevistados eram procedentes do interior do Estado[10].

Não se quer com isso desconsiderar o dinamismo imprimido pela fronteira econômica nos últimos anos, que incrementou atividades e urbanização em áreas fora da órbita de Belém, a exemplo do que se verificou no sul e sudeste do Pará, onde se vê um processo de urbanização intenso, despontando cidades, a exemplo de Marabá, como importantes centros econômicos da regiãoe que servem se suporte sub-regional para os novos empreendimentos econômicos, como os grandes projetos.

Procura-se destacar o espaço metropolitano e as áreas contíguas a este como um ponto de convergência da mão-de-obra, bem como sua importância como espaço concentrador, conforme nos mostra Sena (1996), de cerca de 60% de todo o emprego urbano formal do Estado do Pará.

Esta nossa afirmação se dá por vários motivos. Primeiro pelo fato de que é necessário levar em consideração a área metropolitana expandida, só oficilizada nos últimos anos, e que inclui além de Belém e Ananindeua – que constituíam o espaço metropolitano desde 1973 -, os Municípios de Marituba, Benevides e Santa Bárbara, que só recentemente passaram a integrar a Região Metropolitana de Belém.

Para entender, ainda, a importância do espaço metropolitano de Belém no conjunto do Estado do Pará, há necessidade também de levar em consideração a área de influência imediata de Belém. Nesta, há um razoável número de núcleos urbanos que apresentam um crescimento econômico e populacional[11], seja pela implantação de projetos econômicos, como no caso da Albras-Alunorte em Barcarena, seja pelas condições em que se apresenta a área de influência imediata de Belém. Esta é, no contexto amazônico, a área com maior grau de coesão interna, sendo que os diversos municípios que a compõem ligam-se a capital por uma rede de transportes relativamente bem estruturada, proporcionando, com isso, uma intensificação na vida de relações regionais (Magnano, 1989), que, mesmo fora da região metropolitana expandida, conservam um significativo grau de dependência em relação às atividades, serviços e empregos existentes em Belém.

3. Da urbanização do território à metropolização do espaço

[10] Os números divulgados em relação a essa pesquisa mostraram que de 2.879 entrevistados, 48% eram procedentes do interior do Estado, 33% de Belém, 19% de outros estados e 0,1% de outros países (Jornal "O Liberal", 10 ago.1997, Painel, p.09).

[11] Dos seis municípios mais populosos do Estado do Pará, quatro deles integram essa região de fluxos relativamente intensos da qual Belém faz parte.

A primazia das metrópoles, entretanto, não nos permite assegurar o seu papel como principais difusoras dos nexos da vida metropolitana no espaço amazônico, sendo necessário compreender processos outros que permitem entender a fluidez do território e o novos nexos da urbanização e da metropolização. Fala-se, portanto, nesse caso, de metropolização do espaço, como um processo que nos permite compreender a dinâmica da modernização para além da urbanização da população e do território

Em que consistiria, então, a metropolização do espaço, de que trata, por exemplo, Lencioni (2003), quando analisa a realidade paulista? Para essa autora, a metropolização do espaço pressupõe características do espaço que até então eram exclusivas da metrópole, referindo-se a práticas sociais e identidades dos lugares sujeitos aos códigos metropolitanos - avatares dos novos valores e signos da sociedade.

Alguns autores como Santos (1993) ao falarem da onipresença das metrópoles nos diversos lugares, tornando-os funcionais a elas, buscam definir esse processo como "dissolução" da metrópole, conforme exemplica a respeito do papel de São Paulo no País: *"no passado, São Paulo sempre esteve presente no País todo: presente no Rio um dia depois, em Salvador três dias depois, em Belém dez dias depois, em Manaus trinta dias depois... São Paulo está presente em todos os pontos do território informatizado brasileiro, ao mesmo tempo e instantaneamente".* (Santos, 1994, 157)

E para a Amazônia, como podemos pensar esse processo de metropolização do espaço? Em grande parte esse processo se manifesta na região pela presença mais marcante das metrópoles nacionais e mesmo extra-regionais que propriamente das metrópoles regionais.

O papel de centro urbano relacional é enfraquecido em grande parte por centros metropolitanos extra-regionais que passam a ser *"o centro que promove a coleta das informações, as armazena, classifica, manipula e utiliza a serviço dos atores hegemônicos da economia, da sociedade, da cultura e da política"* (Santos, 1993, p.124). Isto é claramente confirmado em estudos sobre a região como os de Machado (1996) sobre os sistemas de transmissão de dados como Transdata e Renpac.

A análise desses sistemas pela autora revelam a conexão da região mais articulada com o exterior da região que propriamente internamente. Algumas conclusões presentes nos trabalhos de Machado nos ajudam a confirmar essa premissa: a) a inexpressividade das metrópoles regionais como definidoras de redes locais de transmissão de dados; b) as metrópoles regionais estão mais articuladas entre si e com as metrópoles extra-regionais como São Paulo, que propriamente com a sua possível hinterlândia; c) quando a articulação interna é maior, verifica-se em geral a presença de grandes empresas que reforçam essa articulação a exemplo da CVRD (Companhia Vale do Rio Doce); d) a conexão direta de

cidades médias e pequenas e o eixo Rio/São Paulo em sub-regiões de forte dianamismo econômico - Mato Grosso, Rondônia, Santarém e Marabá; e) a comunicação intra-região, do ponto de vista econômico, é restrita e quando isto acontece há um favorecimento flagrante de grandes organizações.

Em outro trabalho, usando dados de 1996, Machado (1999), mostra também que, no que diz respeito às chamadas telefônicas, a maior parte das chamadas interurbanas se dão para fora da região e não propriamente entre as cidades da própria região.

Aqui mais uma vez podemos recorrer a Santos (1994, 1996), quando trata das horizontalidades e das verticalidades. Os recortes horizontais definem espaços contínuos, formados de partes agregadas, condição e resultado das relações de produção propriamente dita; ao passo que os recortes verticais configuram-se como pontos separados uns dos outros que asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia, e que resultam das novas necessidades de intercâmbio e de regulação, manifestando descontinuidades e descontigüidades.

Nesse processo há um papel de fundamental importância das chamadas redes logísticas - que na Amazônia ainda se apresentam frágeis - posto que tendem a articular diferentes níveis de organização do espaço (local, regional , nacional).

A metropolização dos espaços na Amazônia, que se dá de maneira pontual, revela mais verticalidades que propriamente horizontalidades, Nem sempre, neste caso, são as metrópoles regionais as principais difusoras dos nexos da modernidade no interior da região, ainda que elas assumam um papel importante para a estruturação interna da região.

4. Considerações Finais

A repercussão dessa dinâmica do ponto de vista da gestão do território é imediato. O papel da metrópole como centro de decisão tem repercutido, por exemplo, nos diversos processos de divisão territorial.

A pouca presença da metrópole no Estado do Pará e a maior conexão de determinados espaço locais com outras metrópoles extra-regionais enfraquece laços de indentidade, sugerindo fragmentações territoriais, como por meio de propostas de criação do Estado do Tapajós e Carajás no Pará. Nesse caso, as frentes de modernização, induzidas especialmente por grandes empreendimentos econômicos, têm estimulado essa nova dinâmica.

Isso se explica não só pela pouca identidade desses subespaços em relação ao restante do Estado, como também pela pouca presença da metrópole nas diversas sub-regiões polarizadas por essas cidades de porte médio, que se articulam timidamentre com a

metrópole regional, devido ao destaque econômico para as novas atividades que incrementam a economia dessas sub-regiões e que pouco dependem da metrópole regional, fruto da desconcentração econômica verificada nas últimas décadas.

Exemplos como esses reforçam as especificidades da economia política da urbanização da Amazônia e indicam elementos para pensamos singularidades regionais em se tratando da urbanização do território e da metropolização do espaço.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, T; SERRA, R. Análise do desempenho produtivo dos centros urbanos brasileiros no período 1975/96. In: _____. (Orgs.) *Cidades médias brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 78-127.

AZZONI, C. R. Formação sócio-espacial metropolitana: novas tendências ou novas evidências? In: GONÇALVES, M. F. (Org.). *O novo Brasil urbano*: impasses, dilemas, perspectivas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. p.289-304.

BECKER, B. *Amazônia.* São Paulo: Ática, 1990.

CANO, Wilson. Algumas implicações espaciais da terceira revolução industrial no Brasil. In: GONÇALVES, Maria Flora (Org). *O novo Brasil urbano*: impasses, dilemas, perspectivas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. p. 124-32.

CASTRO, E. M. R. Processos de trabalho e relações de poder no Carajás. In: D'INCAO, M. A.; SILVEIRA, I. M.(Orgs.). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. p. 457-72.

COHAB-PA. *Projeto urbanizar*: projeto de integração e urbanização de áreas ocupadas. Belém, [1991a?].

COHAB-PA. *Projeto urbanizar 2*: projeto de integração e urbanização de áreas ocupadas. Belém, 1991b.

COHAB-PA. *Projeto Urbanizar 3*: projeto de integração e urbanização de áreas ocupadas. Belém, 1993.

COHAB-PA. *Projeto urbanizar 4*: projeto de integração e urbanização de áreas ocupadas. Belém, [1994?].

CORRÊA, R. L.. A periodização da rede urbana da Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia,* Rio de Janeiro, v. 4, n.3, p. 39-68, jul./set. 1987.

CORRÊA, R. L.. A organização urbana. IN: IBGE. *Geografia do Brasil*: região Norte. Rio de Janeiro, IBGE, 1989, p.255-71, v. 3.

DAVIDOVICH, F. Considerações sobre a urbanização no Brasil. In: BECKER, B. et alii (Org.). *Geografia e meio ambiente no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1995. p.79-96.

Jornal "O Liberal", 10 ago.1997, Painel, p.09.

LENCIONI, S. *Reestruturação urbano-industrial*: centralização do capital e desconcentração da metrópole de São Paulo. A indústria têxtil. São Paulo, 1991. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

LENCIONI, S. Uma nova determinação do urbano: o desenvolvimento do processo de metropolização do espaço. In: CARLOS, A. F.; LEMOS, A. I. G. *Dilemas urbanos:* novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003. p. 35-44.

MACHADO, L. O.. Sistemas "longe do equilíbrio" e reestruturação espacial na Amazônia. In. MAGALHÃES, Sônia Barbosa et alii (Orgs). *Energia na Amazônia*. Belém: MPEG, 1996. p. 835-59.

MACHADO, L. O.. Urbanização e mercado de trabalho na Amazônia brasileira. *Cadernos IPPUR*, vol. XIII, n.1, jan./jul.1999, p. 109-138.

MAGNANO, A. A estrutura do espaço regional. In: IBGE. *Geografia do Brasil:* região norte. Rio de Janeiro, 1989. p.275-307. v.3.

MELLO, M. A década perdida: globalização, crise do Estado e metrópoles no Brasil. In: GONÇALVES, M. F. (Org.). *O novo Brasil urbano*: impasses, dilemas, perspectivas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. p. 249-60.

MOREIRA, M. M. Evolução e perspectivas da dinâmica demográfica brasileira: concentração populacional e migração. In: GONÇALVES, Maria Flora (Org.). *O novo Brasil urbano*: impasses, dilemas, perspectivas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. p. 132-62.

SANTOS, M. . *A urbanização brasileira.* São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. *Por uma economia política da cidade.* São Paulo: EDUC, 1994a.

SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo*: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. *A natureza do espaço*: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *Brasil:* sociedade e território no início do século XXI. São Paulo: Record, 2001.

SENA, R.. Breve caracterização da situação de emprego e desemprego no Pará e Região Metropolitana de Belém (1990-1995). *Revista Nosso Pará*: a economia dos contrastes, Belém, n.3, v.1, p. 58-61, 1996.

OLIVEIRA, J. A.. *Cidades na selva*: urbanização das Amazonas. São Paulo, 1994. Tese (Doutorado) - FFLCH, USP.